

## Fim do teto é consenso entre economistas do partido

Por Ligia Guimarães e Fabio Graner | De São Paulo e Brasília

O próximo presidente precisará revogar a Emenda Constitucional 95, que criou o teto para os gastos públicos. A visão é consensual em um grupo de cerca de 15 economistas ligados ao PT que periodicamente têm se reunido no Instituto Lula para discutir conjuntura econômica e debater alternativas de política econômica.

O chamado "novo regime fiscal", primeira medida econômica anunciada no governo Michel Temer, é considerado por eles uma regra equivocada e impossível de cumprir, especialmente diante das demandas crescentes por políticas públicas sinalizadas nas pesquisas eleitorais. Nas conversas, citam estudos do FMI, que apontam que nenhum país adotou engessamento de gastos por tempo tão longo.

Se há convergência sobre a necessidade de abolir o teto, não há consenso sobre o que colocar no lugar. Nem mesmo se algo deveria entrar em substituição à medida central na estratégia econômica do atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ainda que haja maioria a favor de uma regra fiscal clara.

Há quem defenda que haja uma

regra fiscal que limite a expansão dos gastos ao ciclo econômico e ao crescimento do PIB. Outra ideia é estabelecer uma meta de crescimento real do gasto por quatro anos, com cláusula de escape para o caso de uma recessão e via Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para não sobrecarregar a Constituição. Há propostas de caráter mais expansionistas, que defendem a flexibilidade para mexer nos gastos públicos a cada ciclo eleitoral, respeitando a demanda por serviços públicos dos eleitores. E também teses contra ter uma regra restritiva do lado dos gastos, supostamente para dar maior liberdade de ação para a política econômica.

Os debates do grupo de economistas em geral são acompanhados pelo ex-presidente Lula, que pretende novamente ser candidato ao posto máximo da nação, mas depende do desfecho do julgamento de hoje em relação ao recurso da condenação em primeira instância. A ideia é que subsidiem debates futuros, produção de artigos, mas não há visão de se construir propostas com o selo do grupo.

Na verdade, a lógica é típica da que predominou durante o período de Lula no Palácio do Planalto: deixar os personagens defenderem suas ideias. Nesse sentido, os relatos indicam que o ex-presidente segue fiel ao seu estilo de ouvir muito mais do que falar, estimulando a

divergência interna para depois aparecer como o produtor do consenso.

As reuniões, idealizadas pelo ex-assessor especial e fundador do PT falecido em julho do ano passado, Marco Aurélio Garcia, deixaram de ser mensais para tornaram-se semanais há alguns meses, e desde então são organizadas pelo presidente da Fundação Perseu Abramo, Marcio Pochmann, com a participação do coordenador da campanha de Lula, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad.

Participam também os ex-ministros Nelson Barbosa, Aloizio Mercadante e Guido Mantega, o consultor econômico dos governos Lula Luiz Gonzaga Belluzzo, o ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho, os economistas da Unicamp Pedro Rossi, Ricardo Carneiro e Guilherme Melo e a professora da UFRJ e ex-secretária de orçamento, Esther Dweck.

Em seus poucos movimentos, Lula demonstra mais interesse em propostas que criem empregos, e passa longe de rupturas drásticas ou de uma agenda que desagradasse radicalmente o mercado financeiro, por exemplo. "Não se pode esperar que a pessoa seja muito diferente do que é. Dilma tinha a formação política da guerrilha contra a ditadura, não poderia se esperar que ela fosse 'paz e amor'. A guerrilha ensina a





compartimentalização, a hierarquia. Já Lula tem a formação de um sindicalista que não odeia o empresariado. Mantém o estilo conciliador de sempre", diz um interlocutor.

Os diagnósticos sobre erros do governo Dilma variam. O alvo mais frequente é a agenda de ajuste fiscal empreendida pelo ex-ministro Joaquim Levy. Os mais críticos dizem que o corte rígido de gastos ajudou a transformar a crise econômica em uma recessão profunda e prolongada. Por isso, o ex-presidente Lula tem demonstrado preocupação em não prometer algo que não seja capaz de cumprir.

A avaliação remete à lembrança da "ressaca" de 2014 quando, após uma campanha progressista, a petista desagradou eleitores e aliados ao adotar a virada "neoliberal" já no

primeiro ano de mandato. Os defensores da gestão Dilma alegam que a petista não teve tempo para completar sua agenda econômica; e teria tido resultados melhores, não fosse o "golpe do impeachment".

Tanto Pochmann como Haddad evitam declarações e entrevistas formais sobre as reuniões. "Sobre a temática tratada nas reuniões não identifiquei relevância para tornar público", afirmou Pochmann, quando procurado pelo Valor.

Já o ex-prefeito de São Paulo, que também demonstrou desconforto em falar do tema e não quis detalhar o conteúdo dos encontros do grupo, recentemente deu pistas sobre seu posicionamento econômico em debate recente, ao defender as políticas mais restritivas do primeiro governo Lula.

## **Dyogo confirma contingenciamento, mas sem fixar valor**

Por Fábio Pupo | De Brasília

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou ontem que o governo está revendo as estimativas de receitas e despesas para calcular o tamanho do valor a ser bloqueado no Orçamento de 2018. Os dados preliminares indicam, segundo ele, que haverá contingenciamento.

"Os números preliminares nos indicam que com certeza haverá algum nível de contingenciamento, mas ainda não temos precisamente o resultado principalmente porque há avaliações que não foram concluídas", afirmou.

Os principais elementos que influirão na avaliação já são conhecidos. Os que afetarão negativamente o Orçamento são basicamente as iniciativas de ajuste fiscal que ainda não estão em vigor, seja por decisão judicial ou pela não aprovação das medidas pelo Congresso Nacional.

Uma das iniciativas propostas pelo governo e que foi suspensa por

meio de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) é a que adia o reajuste e aumenta as alíquotas previdenciárias de servidores públicos. Segundo o ministro, caso o governo obtenha vitória na Corte, os valores já pagos por meio do reajuste seriam devolvidos aos cofres públicos. Também conta negativamente para o Orçamento a medida que altera a tributação dos fundos exclusivos (o que aumentaria as receitas da União), que não pode mais valer neste ano.

Por outro lado, o ministro disse que está sendo feita uma revisão da receita em virtude do crescimento mais forte do país. Além disso, a arrecadação com um novo leilão de petróleo não estava prevista no Orçamento de 2018 - e, portanto, deve contar positivamente para o desempenho das receitas.

O ministro do Planejamento explicou que as receitas oriundas do processo de privatização da Eletrobras ainda não estão definidas. O governo contava com R\$ 12 bilhões, segundo ele, mas há uma liminar da Justiça de Pernambuco barrando a venda de ações da estatal.

## Planalto deve cortar carros oficiais de 489 autoridades

Por Fábio Pupo | De Brasília

O Palácio do Planalto prepara a publicação de um decreto que barra o uso de carros oficiais a mais de 400 autoridades do governo federal. Já enviada à Casa Civil, a proposta criada pelo Ministério do Planejamento tem como objetivo economizar recursos públicos ao restringir o uso desses veículos ao presidente da República e seu vice, além de ministros de Estado, comandantes das Forças Armadas e ex-presidentes.

De acordo com a equipe do Planejamento, o novo decreto vai baixar de 528 para 39 o número de autoridades que podem usar veículos oficiais para se deslocar. Ficam de fora, por exemplo, secretários de ministérios, chefes de gabinetes e presidentes de autarquias e fundações. Além disso, perdem o direito outros 586 dirigentes regionais, que hoje podem fazer uso dos veículos caso obtenham autorização ministerial.

A medida tem potencial para

afetar 1.075 pessoas e a economia é calculada em R\$ 73 milhões, o que representaria uma redução de 60% em relação aos atuais R\$ 179,5 milhões gastos anualmente.

Gleisson Rubin, secretário de Gestão do Planejamento, afirma que as autoridades que perdem direito a carros oficiais deverão se deslocar usando o TaxiGov. O aplicativo, desenvolvido pelo próprio governo, foi lançado no ano passado e é semelhante a plataformas populares de transporte como o Uber e o Easy.

Durante a fase de testes do TaxiGov, limitada a servidores de segundo escalão, a equipe do Planejamento constatou a economia de 60% nos custos, o que motivou a expansão do uso da plataforma para cargos mais altos no Executivo. "A ideia é racionalizar as despesas e somar essa proposta a outras medidas para reduzir os gastos administrativos", afirma o secretário ao citar outras iniciativas, como a que restringe compras de passagens aéreas em classe executiva por autoridades.

Segundo Rubin, o decreto acaba eliminando "uma cadeia inteira" de serviços decorrentes da propriedade do automóvel. "Os órgãos que compram carros arcam com custos como manutenção, abastecimento, seguro e motoristas. Tudo isso deixa de existir quando troco a posse do carro pelo serviço do aplicativo", resume. Além disso, diz, o governo se beneficia com a transparência decorrente da digitalização do modelo. "Temos o controle de cada viagem feita, recebendo informações como o custo do deslocamento, ponto de partida e de chegada", diz.

O secretário afirma que a lógica de transporte sendo adotada agora no Brasil é semelhante ao de diferentes países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) onde só são usados carros oficiais por autoridades de patamares elevados.

Segundo ele, os veículos do governo que deixarão de ser usados por autoridades serão destinados a atividades como ações de





fiscalização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, defendeu o fim dos carros oficiais no Executivo federal ao dizer que o sistema usado hoje pelos servidores, o TaxiGov, será estendido para os cargos de alto escalão. "Com isso, acabamos com carro oficial. Isso não deveria mais existir no governo federal", disse.

Além das 39 pessoas que mantêm o direito de usar carros oficiais (o presidente da República e seu vice, os 28 ministros, os três comandantes das Forças Armadas, o chefe do Estado Maior, além dos cinco ex-presidentes vivos), há outras situações em que os carros podem ser usados. Esses casos incluem desde transporte de materiais a

atividades de segurança e saúde.

A alteração no modelo de transporte do governo é uma iniciativa para tentar diminuir os gastos correntes do Poder Executivo, que alcançam R\$ 21,7 bilhões em 2017 de acordo com o Painel de Custeio Administrativo do Ministério do Planejamento. Só o gasto com combustíveis e lubrificantes atingiu R\$ 154,8 milhões no ano passado, de acordo com os dados da pasta.

Principalmente a partir da criação do teto de gastos, as despesas da máquina pública estão limitadas pelas obrigatórias. Para este ano, o governo já admite um bloqueio de recursos no Orçamento. Dados do Tesouro indicam a necessidade de contingenciamento de até R\$ 21,4 bilhões.

## Governo avalia alternativa para ‘regra de ouro’

Área técnica estuda propostas para cumprimento, em 2019, da medida que restringe gastos

Adriana Fernandes

O governo estuda medidas alternativas para garantir o cumprimento da chamada “regra de ouro” em 2019, informou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Prevista na Constituição, a regra proíbe o Tesouro de se financiar para pagar despesas correntes, como salários e alugueis.

Em entrevista ao ‘Estadão/Broadcast’, Oliveira disse que não há jeito de cumprir a regra sem a adoção dessas medidas ou da alteração da norma, o que exige mudança por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC). “Estamos fazendo estudos para aplicação da regra de ouro no Orçamento de 2019.

A conclusão hoje é de que a regra será uma restrição para o governo”, disse o ministro. Na sua

avaliação, é melhor aproveitar o momento de dificuldades para adotar uma série de ações e solucionar o problema. “Esse é caminho que devemos tomar.” Ele destacou que é preciso continuar no processo de gestão dura e restritiva das contas públicas para que voltem a fechar no azul, o chamado superávit primário.

“Isso vai levar de dois a três anos”, previu. Para este ano, não haverá problema de cumprimento da regra de ouro. A necessidade de recursos para o cumprimento da regra será menor do que os R\$ 180 bilhões previstos inicialmente.

Segundo o ministro, o BNDES vai pagar os R\$ 130 bilhões necessários para cumprir a regra em 2017. Para evitar atritos com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o presidente Michel Temer suspendeu as negociações de mudança na regra. Mas a área técnica continua preparando propostas para solucionar o problema.

Corte.

O governo decidiu antecipar o contingenciamento das despesas do Orçamento para que os órgãos federais tenham uma avaliação mais real da disponibilidade de recursos ao longo do ano, disse Oliveira – o mais comum é o governo anunciar o corte em março e fazer um decreto preventivo no início do ano. Segundo o ministro, a primeira revisão, com o valor do corte, será anunciada na semana que vem ou, no mais tardar, nos primeiros dias de fevereiro.

O valor ainda não está decidido, mas não será elevado como no ano passado, quando chegou a R\$ 42,1 bilhões. Ele disse que, se o governo deixasse os ministérios sem essa margem até março, os órgãos públicos ficariam com o Orçamento completamente disponível nesse ano de eleições. Pela regra eleitoral, a partir de 30 de junho ficam vedadas novas transferências para Estados e municípios.

## Orçamento público: um apontamento

» MARA LUIZA GONÇALVES FREITAS

*Professora universitária, administradora de empresas, mestre em administração e especialista em gestão de contas públicas*

A sociedade brasileira, através de seus governos nacional e subnacionais, enfrenta um dos mais importantes desafios de Estado: a gestão austera do erário, com vistas à sustentabilidade e à longevidade do país. Embora o senso de cidadania no Brasil tenha evoluído significativamente, trata-se de uma arena ainda pouco explorada e acompanhada pelo brasileiro, mesmo que ela afete diretamente a qualidade de vida do cidadão no âmbito de 360°, tanto no presente quanto no futuro.

Um dos elegantes recursos inscritos no texto constitucional voltado ao processo gerencial das finanças públicas nos níveis municipal, estadual e federal, observada a salutar independência entre os poderes, é o orçamento público. No artigo 165 de nossa Carta Magna, encontra-se a estrutura do sistema orçamentário brasileiro, segmentado em três iniciativas legais interativas e interdependentes: (i) o plano plurianual, (ii) as diretrizes orçamentárias e (iii) os orçamentos anuais.

Esses três instrumentos têm como objetivo precípuo a redução de desigualdades regionais, além de oferecerem aos gestores públicos, em particular ao chefe do poder Executivo, um fio condutor para realizar seu trabalho gerencial, tecnicamente fundamentado e

aprovado pelo Poder Legislativo, garantindo a entrega de bons serviços ao povo e promovendo seu bem-estar. Ele ainda se presta como ferramenta de acompanhamento para os órgãos de controle interno e externo, além de viabilizar informações úteis para o controle social. Em suma, trata-se de recurso, inteligentemente, instituído em nossa Constituição, para garantir a sanidade da administração pública em todas as esferas.

Contudo, apesar de se tratar de uma ferramenta de gestão estratégica, cujo enfoque é a austeridade, a eficiência, a eficácia, a moralidade e a probidade da administração, o orçamento público continua a ser tratado como um recurso “placebo” para atendimento de um parâmetro legal. Explico: a elaboração de peças orçamentárias tem como caráter não apenas viabilizarem o planejamento estratégico, mas, também, permitirem um olhar acurado sobre desperdícios, ineficiências, oferecendo a chance ao gestor de promover os cortes de “gorduras” desnecessárias.

No Brasil, jamais se assistiu ao Poder Legislativo propondo cortes de regalias, excessos de gentilezas com o erário, para se garantir ao povo brasileiro as condições dignas que ele efetivamente merece. É no Legislativo que a proposta do Executivo é aprimorada. Como

ilustração desse comportamento, pode-se citar a aprovação do orçamento da União para 2018, com deficit. Que empresa prevê em seu orçamento oficial deficit, tendo em mãos a possibilidade real de evitá-lo?

O orçamento público brasileiro expressa a falta de pulso dos governos em cortarem as despesas inúteis para a população, no caso, todas as regalias loteadas com o intuito único de manterem o poder. Um comportamento que torna o orçamento público um vetor de expressão de um comportamento maquiavélico com o povo, de quem, em tese, emana todo o poder. Tratam-se de despesas que inflam e comprometem recursos importantes com coisas e benefícios que não importam para a coletividade, mas apenas para alguns descomprometidos com o país. O orçamento público deveria ser a melhor expressão da eficiência do país em fazer o erário retornar ao cidadão, promovendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento individual, social e econômico.

Como um país que arrecada quase R\$ 3,5 trilhões por ano não consegue aplicar os recursos nas áreas estratégicas — saúde, educação, segurança, infraestrutura, moradia, segurança alimentar, empreendedorismo —, em setores que incrementam a arrecadação e ainda consegue aumentar, ano após





ano, o seu endividamento? Não está na hora de o Legislativo parar para discutir de forma sensata o saneamento orçamentário, colocando os pés no chão?

A última faceta dessa ineficiência de tomada de decisão são as discussões sobre a reforma da Previdência, a privatização de empresas estatais (Eletrobras, Correios, Bancos Públicos, Empresas de Saneamento Públicas) e do projeto sobre a criação de um “contingente de apoio” para a Polícia Federal. Há de se considerar que o problema de incapacidade dos governos em não conseguirem gerir as fartas receitas está no desperdício quanto na corrupção, além da tradicional incapacidade de dizer não aos prazeres que, legalmente amparados, só atendem a alguns poucos privilegiados que definitivamente não são cidadãos da República Federativa do Brasil.

Enquanto esse dever de casa não for feito, não se deveria discutir nem a reforma da Previdência, nem a transformação da Polícia Federal num serviço de segurança armada federal, nem acabar com o investimento nas áreas estratégicas de pesquisa e desenvolvimento, nem privatizarem nenhuma empresa pública. Pelo menos o Legislativo deveria ter o compromisso de sanear as contas públicas para valer, para, somente então, avançar sobre aplicações de recursos públicos salutareis para o bem viver do cidadão deste país e ou ícones de Estado que ainda nos provocam orgulho. Mas, ao contrário, os poderes Executivo e Legislativo sempre tomam as decisões mais fáceis para si (despidas de princípios de aritmética básica), pois há certa satisfação de tais representantes, principalmente os eleitos pelos cidadãos, em manter-nos de joelhos frente ao mundo.





## Governo trabalha para votar Previdência em fevereiro, diz Dyogo Oliveira

Mariana Tokarnia – Repórter da Agência Brasil

O ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, disse hoje (23) que o governo trabalha para que a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que estipula a reforma da Previdência ocorra em fevereiro, na Câmara dos Deputados, como anunciado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia, no ano passado. Segundo ele, o governo não cogita hipótese de votação em novembro, após as eleições.

Em entrevista ao programa Por dentro do governo, da TV NBR, hoje (23), o ministro ressaltou que a reforma é necessária, na visão do governo, para equilibrar as contas públicas. "O tamanho do bolo não aumenta indefinidamente. Está limitado à arrecadação. Se o governo está gastando 57% [do Orçamento] com Previdência, sobram 43% para outras áreas. Se a

Previdência aumenta, e ela está avançando, engolindo espaço das outras despesas, se isso não para, chega o momento que só tem Previdência", disse.

A reforma propõe a adoção de uma idade mínima - de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres - e regras de transição com intuito de equilibrar as contas públicas para os próximos anos. Conforme a proposta, trabalhadores do setor privado e servidores públicos deverão seguir as mesmas regras, com um teto de R\$ 5,5 mil para se aposentar, e sem a possibilidade de acumular benefícios. Para trabalhadores rurais, idosos e pessoas com deficiência, sem condições de sustento, as regras não sofrerão mudanças.

Por se tratar de uma PEC, para ser aprovada, a reforma da Previdência precisa ter três quintos dos 513 deputados, ou seja, 308 votos, em dois turnos de votação.

Ontem (22), o governo divulgou que, considerando os dois regimes, o próprio e o geral, a Previdência acumulou um déficit, em 2017, de R\$ 268,799 bilhões. Somente o regime geral, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), teve um déficit de R\$ 182,45 bilhões. No regime próprio de servidores públicos e militares, o déficit foi de R\$ 86,349 bilhões.

Dyogo Oliveira ressaltou que o regime atual é distorcido, que o INSS, embora acumule maior déficit, atende 30 milhões de pessoas. Já o regime próprio, 1 milhão de pessoas. Segundo ele, a reforma pretende corrigir essas distorções.

Perguntado, no entanto, sobre uma possível reforma que incluía militares, contados também no regime próprio, Oliveira afirmou que o governo irá negociar a questão. "Os militares não estão incluídos na PEC da Previdência e, à medida em que avança a PEC, poderemos voltar a ter a





negociação com os militares para tratar de melhorar a equação previdenciária deles".

O ministro acrescentou, no entanto, que o sistema militar é diferenciado, uma vez que há o regime de reserva. "O militar nunca está aposentado, sempre está a disposição das Forças Armadas para eventual necessidade."

#### Contingenciamento

Sem a aprovação de medidas que ampliariam a margem do orçamento governamental para este ano, Oliveira disse que os números preliminares "indicam que, com certeza, haverá algum nível de contingenciamento". Ele ressaltou que o governo ainda revisa as estimativas e que não tem valor fechado de quanto serão os cortes neste ano. No ano passado, as propostas iniciais de

contingenciamentos chegaram a quase 40% do orçamento de áreas como Ciência e Tecnologia.

O ministro disse ainda que o valor do salário mínimo para este ano, de R\$ 954, não será revisto. O valor ficou R\$ 11 menor do que o previsto inicialmente no Orçamento de 2018, aprovado no Congresso no valor de R\$ 965. O salário-mínimo, até o ano passado, era de R\$ 937. O valor, que ficou abaixo da inflação, foi questionado pela Força Sindical e o Sindicato Nacional dos Aposentados, que recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo o ministro, o governo federal cumpriu a lei que determina o reajuste (Lei 12.382/2011). Pela lei, o reajuste é dado pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (INPC). Em 2017, o INPC foi 2,07%. O reajuste ficou em 1,8%. Oliveira ressaltou que o INPC é divulgado no início do ano, após o anúncio do reajuste, que começa a valer no dia 1º de janeiro. Isso faz com que o valor seja baseado em uma previsão.

"Ficou um pouquinho abaixo da inflação, porque no ano anterior tinha ficado um pouquinho acima. A lei diz que, quando fica acima em um ano, no outro pode ficar abaixo", afirmou. "Isso que estar sendo feito foi feito todos os anos, não há nada de estranho", acrescentou. "Este ano já foi divulgado, não há motivo para haver alterações e descumprir a lei".

Edição: Maria Claudia